



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/NUP

SEI Nº 0011931-77.2021.6.05.8000

PEDIDO DE ESCLARECIEMTO

À

ASSED

Considerando o pedido de esclarecimento formulado pela licitante Stefani Consultoria e Assessoria em Informática S.A, registrado na questão do 1 do documento 1726234, cujo teor transcrevo baixo:

1. A legislação acerca dos processos licitatórios determina que as propostas devem ser ofertadas de acordo com a legislação vigente na data da apresentação da proposta. A atual legislação acerca da contribuição previdenciária a que nos submetemos estabelece a desoneração da folha de pagamento até a data-fim 31/12/2021, e , a partir de janeiro/2022 o retorno ao regime de oneração, o que gera um custo maior a título de previdência. Exemplificando, se tivermos um contrato de 12 meses assinado em junho de 2021, teremos de junho a dezembro/2021 a aplicação da contribuição previdenciária desonerada (calculada à alíquota de 4,5% sobre a receita bruta, e de janeiro a maio/2022 a aplicação da contribuição previdenciária onerada (calculada à alíquota de 20% sobre a folha de pagamento). Nosso entendimento é de que a contribuição previdenciária deve ser calculada da forma descrita acima descrita - parte desonerada e parte onerada. Está correto nosso entendimento?

Solicito responder o questionamento acima, entretanto impende fazer as seguintes ponderações: caso a empresa consulente apresente no dia da abertura do Certame a proposta mais vantajosa, considerando os benefícios concedidos pela desoneração da folha de pagamento, previsto no art 7º da lei 12.546/2011, indubitavelmente, ela terá vantagem em relação as demais empresas que não foram contempladas com esse incentivo, e tiveram que apresentar suas proposta observando o regramento disposto no art. 22 da lei 8.212/91.

A partir de Janeiro de 2022, quando cessarem tais incentivos a empresa terá que recolher seus encargos sociais aplicando a alíquota de 20% sobre a folha de pagamento. Com a oneração dos encargos sociais poderá haver quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Nesta situação a Administração fará o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato?

Noutra perspectiva, no momento de juntar sua proposta sistema comprasnet, a licitante deve formular seus preços já considerando a perda do incentivo a partir de 2022, ou seja a formação dos preços de custo deve ser calculado com uma parte onerada e outra desonerada, conforme propõe o licitante na parte final da sua pergunta?

Salvador, 17 de setembro de 2021

Gilson Conceição

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Soares da Conceição, Analista Judiciário**, em 17/09/2021, às 15:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1726298** e o código CRC **C18C4EF7**.